

SESSÕES DO PLENÁRIO

117ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. CARLOS GEILSON *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência da sessão no dia 11/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado comunista Álvaro Gomes pelo tempo de até 5

minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com os presos políticos, em especial José Dirceu e José Genoíno, neste momento da vida nacional no qual, na realidade, não caberia mais esse tipo de prisão. A ditadura trouxe consequências graves para a nossa população, os dois, inclusive, foram vítimas dela, e agora estão sendo vítimas novamente de prisões arbitrárias, políticas, sem absolutamente nenhuma prova que levasse às suas condenações.

Portanto, quero aqui lamentar essas prisões políticas e me solidarizar com aqueles que foram punidos injustamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, gostaria também de ressaltar a importância do 13º Congresso Nacional do PCdoB, com a nossa Bancada presente em peso – eu, o deputado Fabrício Falcão e a nobre deputada Kelly Magalhães, Líder da Bancada do nosso Partido nesta Assembleia. Estávamos juntos com uma representativa bancada baiana, que se juntou aos 850 delegados de todos os demais estados do Brasil.

Foi um Congresso bastante representativo. Na sua preparação foram realizadas 1.694 conferências municipais, mobilizando 108.794 militantes de todo o Brasil. Um Congresso de grande importância que reafirmou os princípios do socialismo, os princípios marxistas, os princípios do comunismo. E também tivemos a presença de mais de 50 organizações internacionais. Foi muito bonito quando os nossos delegados receberam essas delegações internacionais, de todos os continentes, cantando a Internacional.

Foi um evento muito representativo. Tivemos a presença de inúmeras lideranças de outros partidos e o prazer de receber a presidenta Dilma, que, em seu discurso de 1 hora e 30 minutos, aproximadamente, reafirmou a lealdade e a importância do Partido Comunista do Brasil. Reafirmou a simpatia que ela tem pelos comunistas do nosso País.

Portanto, esse Congresso reafirmou os princípios socialistas, a sua luta iniciada há 91 anos inspirada na Revolução Russa, que transformou aquele país, que era uma das nações mais atrasadas, em um dos mais desenvolvidos do mundo não apenas em tecnologia, não apenas na sua economia, mas, principalmente, no respeito aos direitos humanos e na melhoria das condições de vida da sua população. Portanto, o nosso partido, que nasceu há 91 anos, reafirmou todos os seus princípios e a sua trajetória de luta, de transformação deste País e de contribuição para a democracia. O Partido Comunista do Brasil, em 2014, sem dúvida nenhuma, elegerá o primeiro governador comunista no próximo período eleitoral. Nós teremos o camarada Flávio Dino governador do Estado do Maranhão.

Então, queria aqui pedir para inserir nos Anais da Casa o editorial do Portal Vermelho com o título O alcance político do vitorioso Congresso do PCdoB, disponível no endereço www.vermelho.org.br.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Kelly

Magalhães pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Boa-tarde, Sr. Presidente.

O deputado Álvaro Gomes está aqui reclamando que eu não vim de “roxa” em comemoração ao “Novembro Roxo”, mas peço atenção aos colegas para que todos se vistam de roxo em solidariedade a ele e ao mês dedicado ao combate ao câncer de próstata.

Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, com certeza subo a esta tribuna para parabenizar o vitorioso congresso do PCdoB, um congresso grande e com uma expressiva representatividade de delegações do mundo todo. Mais de 50 países estiveram participando dele, que foi realizado nesse último final de semana em São Paulo, no Anhembi, mostrando o nosso direcionamento e, sem dúvida, aquilo que todos nós já temos como consciência e entendemos como necessário: reconhecer os avanços positivos dos 10 anos do legado do governo do PT.

Falo dos avanços sociais, dos avanços na educação, da ampliação de universidades, da retirada de milhões de pessoas da pobreza nestes últimos 10 anos. Mas certamente precisamos avançar cada vez mais para melhorar essas políticas públicas e aperfeiçoar o sistema. Só assim o Brasil poderá evoluir ainda mais na sua aplicação para que elas possam combater as desigualdades que ainda persistem.

Quero neste momento parabenizar o presidente Renato Rabelo, que conduz o partido até hoje de forma equilibrada e absolutamente respeitosa compreendendo o papel da política nacional, estando ao lado dos governos de Lula e Dilma, buscando compreender os fatos e fazendo com que o PCdoB seja protagonista positivamente dos avanços que o governo tem tido.

E nós, com certeza - disse isso no nosso 13º Congresso Nacional e reafirmo -, também sabemos que o Partido Comunista do Brasil transformou algo que no passado era visto com desdém, mas hoje é um outro grande avanço para o País: o Ministério do Esporte. Estão aí os avanços que vimos conquistando nessa área, como as Copas das Confederações e do Mundo e as Olimpíadas de 2016, eventos que, sem dúvida, geram empregos e movimentam a economia. Tudo isso reafirma o nosso compromisso de lutar para que a educação e a saúde igualmente sejam prioridades, como foram agora com a presidente Dilma destinando prioritariamente recursos do fundo do Pré-Sal a esses dois setores. Essa é a bandeira que a gente assume, e eu, com certeza, abraço!

Quero saudar a a deputada Luciana Santos, que vai ser presidente do PCdoB após um período de transição. O nosso partido assim demonstra ser o único que assume e reconhece a força e a competência da mulher, dando a presidência a essa parlamentar federal por Pernambuco. Ela atuou como prefeita por dois anos em Olinda e tem uma atuação destacada no Congresso Nacional. Certamente Luciana, após esse período de transição de Renato Rabelo, vai assumir essa tarefa, elevará ainda mais a condição das mulheres e fará com que os outros partidos possam enxergar e fazer com que a força da mulher não seja apenas meramente um discurso e uma retórica, mas seja, na prática, consolidada, ampliada e transformada para que a gente tenha, com certeza, mais concepção da força e do valor da política com as

mulheres participando mais ativamente.

Saúdo aqui o camarada Fabrício Falcão, deputado estadual da Bancada, assim como o deputado estadual Álvaro Gomes, toda a Bancada da Bahia esteve presente, mas o deputado Fabrício Falcão foi eleito para compor o comitê central do PCdoB, tem uma tarefa muito grande pela frente, afora a nossa Bancada da Bahia que já compunha o comitê central, Davidson Magalhães, Daniel Almeida, deputada Alice Portugal, Daniele Costa, da UBM, Cláudio Bastos, da Fetag, tantos outros membros que têm tamanha competência, Fabrício agora assume essa tarefa e, com certeza, honrará pela competência, pela capacidade que tem junto com Augusto Vasconcelos, que é um jovem camarada do Sindicato dos Bancários, que assume.

Portanto, finalizo, solidarizando-me e quero dizer que não é a questão do preso político, mas do espetáculo midiático montado com a prisão de José Dirceu e com a prisão de José Genoíno, no Dia da Independência.

Portanto, é preciso que o Supremo Tribunal Federal seja um Poder isento e não apenas um poder político e midiático para chamar atenção numa data política para, com certeza, jogar os olhos e, com certeza, desfocar daquilo que é o mais importante.

Repudio essa tentativa e reafirmo a necessidade de um Poder Judiciário autônomo, responsável e independente.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, a Casa caiu.

A Sr^a Luiza Maia:- Só se foi a sua.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Define-se, deputada Luiza Maia, a minha casa, a inteira, a cumeeira no lugar. Mas, quero dizer, deputada Luiza Maia, que nós todos fomos atingidos com essa decisão do Supremo, que não pode ser discutida, porque transitou em julgado; quero dizer-lhe que chego com muito pesar e com muita tristeza, deputada Luiza Maia, porque esse fato atingiu toda a classe política, e a população nos mira, nos olha e nos atira, todos, na vala comum.

Eu quero voltar aqui 17 anos para os idos de 02 de março de 1996, quando os meus filhos, ainda no início da adolescência, vivenciaram a dor de um acidente trágico que aconteceu com a banda Mamonas Assassinas. E o meu filho mais velho, à época com 13 anos, Targino Neto, hoje advogado bem situado na Cidade do Salvador, me abraçou chorando, deputado Rosemberg, e disse: - Painho, eu não posso ter ídolo, eu não posso gostar de ninguém, porque quando eu gosto essas coisas acontecem. Foi assim com Ailton Sena e agora com os Mamonas Assassinas.

Eu confesso, deputado Rosemberg, que na sexta-feira, ao assistir à prisão do deputado Genoíno, José Dirceu e dos outros tantos, eu me lembrei desse fato, porque a minha geração foi marcada, porque nós todos contribuímos para mudar a história.

Hoje, o jovem é direita. Hoje, o jovem não está interessado em mudar nada

infelizmente, a não ser em casos pontuais e circunstancialmente com um ou outro movimento.

No entanto, nos idos das décadas de 1960-70, recordo-me bem de que toda a minha geração tinha em José Dirceu um ídolo pela sua luta, pelo seu ativismo, pelas suas colocações, pela defesa do ideário e das liberdades. Ver José Dirceu – não sei por que ele fez aquilo – dando um soco no ar, ou seja, comemorando o momento de sua prisão... Eu prefiro crer que aquele soco no ar não foi em comemoração, mas sim para ostentar a sua indignação, provavelmente.

Como meu filho em 1996, eu sangrei diferente, porque um jovem de 13 anos e um outro também jovem, aos 61 anos, sangram de forma diferentes; apresentam os seus sentimentos; exteriorizam os seus sentimentos de forma diferentes.

Venho, aqui, dizer que o que mais doeu em mim foi a decepção de ver um ídolo nosso, um ídolo que marcou a minha geração e, com certeza, deputado, a sua também, porque somos da mesma geração, deputado Rosemberg Pinto. Fiquei muito triste. Fico rogando a Deus que ainda se possa provar, no futuro, a inocência de José Dirceu e dos outros todos; embora, o que cabe, agora, é o respeito. Não adianta ficar com o discurso de que Joaquim Barbosa é isso ou aquilo. Isso é um opinativo isolado, deputado Carlos Geilson.

Contudo, o que importa é que a justiça foi feita: justiça certa ou justiça errada. Mas decisão, transitada em julgado, é justiça.

Espero que isso seja um farol sinalizador para o comportamento, de agora em diante, de nós todos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Para concluir, deputado Carlos Geilson, porque ao político, assim como a mulher de César, não basta ser sério, precisa parecer sério e, no mínimo, José Genoíno e José Dirceu não pareceram sérios nesta história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as}. Deputadas, imprensa, visitantes, servidores, meu querido deputado Targino Machado, eu, realmente, fiquei, extremamente, indignado, na sexta-feira, quando vi aquela espetacularização promovida por esta pessoa que eu respeito como presidente do STF. Mas não posso concordar com o seu posicionamento.

Primeiro, justiça é justiça. Não tem justiça errada. Justiça é justiça. E ele deveria, como presidente da principal instituição que cuida dos interesses da sociedade neste País, diminuir o seu egocentrismo e tratar esta questão como ele trata Paulo Maluf. Na semana retrasada, estive em São Paulo. Fui a um restaurante. E, lá, encontrei Paulo Maluf almoçando com sua família, muitos amigos, passando de mesa em mesa e falando com as pessoas.

E, de repente, na última sexta-feira, eu me deparo com a prisão de José

Genoíno. Hoje, a mansão de José Genoíno é uma casa de dois quartos. Ele teve, há uns dois anos, de retirar uma linha de Internet para economizar, a fim de não ter de pagar mais por uma linha usada por sua filha quando mudou-se para a Argentina.

Então, eu me pergunto, a cada dia, acerca de situações como essa. Quero lamentar aquele processo, a forma como aqueles homens e mulheres foram algemados desnecessariamente dentro de um avião. Apenas para que no dia seguinte houvesse, por alguns meios de comunicação, essa espetacularização. Parte deles vive disso, expondo situações de homens e mulheres. Porque, aqui, quando se fala do cara que morre nas esquinas, dos homicídios, nada mais é que querer vender a informação. Muitos não têm sequer qualquer preocupação pela morte dessas pessoas.

Lamento que situações como essa ocorram em nosso País. Venho colocar a minha indignação pela forma como esse fato foi tratado no dia da Proclamação da República. Triste República essa nossa que vê um caso como esse acontecer, porque rompeu todas as relações do direito.

Em minha cidade, deputado Elmar, V.Ex^a que é advogado, e eu não sou, lá se dizia que quem denuncia é que tem que provar. Lamentavelmente o presidente do STF mudou essa posição, tenho que voltar a minha terra e dizer que agora não é mais assim. Agora qualquer um pode denunciar e o denunciado é que tem que correr atrás para provar sua inocência. Muitas vezes sem poder, porque está preso e não tem sequer dinheiro para constituir um advogado para fazer a sua defesa.

Ou seja, essa mudança aconteceu apenas para tentar manchar a imagem de homens e mulheres coordenados naquele processo político do Partido dos Trabalhadores, e extrapola todas as condições de um homem da justiça, o presidente do STF. E, aqui, o deputado Luciano Simões ainda teima em querer dar um Título de Cidadão para essa pessoa, que não tem a capacidade de ter a imparcialidade para tratar uma questão, como V.Ex^a disse aqui, com justiça. Principalmente a justiça do Tribunal que é o maior do País. E não pode ser questionada pela sociedade, como está sendo, apenas para criar uma espetacularização midiática por alguns órgãos. Apenas pelo interesse em transformar essa situação em sensacionalismo, colocando homens e mulheres na cadeia de forma extremamente atravessada e que indigna a todos nós.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, eu também queria aqui registrar a minha indignação e o meu repúdio a essa forma como foi tratada essa questão da Ação Penal 470, popularmente chamada de mensalão. Deputado Targino Machado, que falou antes de mim aqui, acho que a hipocrisia é muito ruim. E acho que um país que politiza a sua justiça ou aquele em que a justiça se politiza e toma uma atitude como essa que o STF tomou em relação aos companheiros José Dirceu e Genoíno, em minha opinião, prejudica a democracia. Porque não defendo quem tem culpa não ter que pagar. Acho que a impunidade tem levado o Brasil a muitas

questões tortas, distorcidas e injustas.

Agora, o que a Veja e a TV Globo estão fazendo e o que o STF fez principalmente em relação a esses dois companheiros, não podemos aceitar. E esse debate precisa ser feito. Não tenho um pinga de medo de dizer que é uma palhaçada, como disse em minha conta do Twitter. Porque justiça não pode ser parcial, tem que ser imparcial e eu queria que ele me respondesse porque não investigaram os mensalões dos mineiros, do DEM, do PSBD, do Maluf. Agora, em São Paulo estamos vendo lá, o secretário de Haddad investiga, pune e bota na cadeia quem estava organizando a quadrilha, e agora o Haddad ainda passa por suspeito. Acho que essa distorção e essa postura, no meu entender, não é, deputado Rosemberg Pinto, para atacar Genoino nem José Dirceu. Acho que é uma forma de querer criminalizar o Partido dos Trabalhadores que tem muita gente da elite incomodada com a transformação que esse partido tem feito no Brasil, e aí parte para esse tipo de ataque.

Acho que a verdade vai chegar. Você penalizar uma pessoa da forma que o Supremo Tribunal Federal penalizou, principalmente o Sr. Joaquim, porque todo mundo sabe das suas ligações com a Globo, o seu filho é contratado no programa de Luciano Huck, das suas viagens, dos seus gastos pagos pela Globo. Sabemos que existe uma pressão da mídia conservadora e das elites que estão inconformadas até hoje pelas mudanças que o partido tem feito e parte dessa forma para atacar um projeto transformador.

Então, esse debate precisa ser feito. Lembro-me quando a Polícia Federal entrou lá em casa às 6 horas da manhã e levou Caetano, sem dever nada, sem ter nenhum crime e sabemos o que é isso para a família e sabemos o que é isso para o Brasil. A justiça vai chegar. A coragem e a determinação de José Dirceu e a história de Genoino vão mostrar que existe aí uma inversão de valores e que a coisa não pode ser dessa forma.

Nesse sentido, quero parabenizar o blog Por Escrito que fez uma matéria inclusive com o título de Dirceu aguarda muita gente na cadeia, mostrando realmente que essa coisa aí não está muito esclarecida. Você não dá o direito à resposta, você não espera transitar em julgado para ser condenado numa espetacularização como tem sido feito. Lembro-me que a mesma coisa aconteceu com o prefeito Caetano. Estou fazendo esse paralelo porque ele saiu de lá de casa sem algema, sem nada, ficou dentro do carro da Polícia Federal até um policial trazer as algemas para poder a Globo chegar e filmar e botar na internet, no mundo, em todos os lugares.

Acho que está errado isso. E não é por que é Polícia Federal que não erra! Está errado e está sendo imparcial, e nós, do PT, não podemos aceitar isso. Se tem erro de caixa dois, que queiram chamar de mensalão ou do que for, precisa ser combatido e punido. A punição não é só para quem eles não gostam, desse jeito não é justiça.

Vamos lutar para que se tenha uma política séria nesse Brasil, vamos acabar com essa história de política financiada pela iniciativa privada. São essas coisas que levam ao que estamos vendo aí. Deixo aqui registrado o meu repúdio a essa forma de espetacularizar, essa forma de fazer no dia 15, de fazer como fizeram no ano passado no período da eleição, todos os dias a Globo colocava 5, 10, 15, 25 minutos. Por que

não se fala mais da quadrilha da prefeitura de São Paulo? Por que não se fala mais do secretário do prefeito ACM Neto que está aí todo enrolado e ninguém fala nada, nem a Globo, nem a Veja nem ninguém? Então, são dois pesos e duas medidas. E tem aqui o meu registro de repúdio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta, do PMDB, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Meus cumprimentos: ao Senhor (a) presidente; as Senhoras deputadas, aos Senhores deputados; a Imprensa; aos Cidadãos presentes nas galerias; aos Funcionários desta Casa; e a todos que nos acompanham através do Canal Assembleia.

Nobres parlamentares.

Apresentei nesta Casa o projeto de Lei nº 20.525/2013, que concede isenção do ICMS a produtos alimentícios para diabéticos. A diabetes é uma doença metabólica caracterizada por um aumento anormal do açúcar ou glicose no sangue. A glicose é a principal fonte de energia do organismo. Porém, quando há açúcar em excesso, a glicose pode trazer várias complicações à saúde do ser humano como, por exemplo, cansaço e problemas físicos e táticos em efetuar tarefas desejadas pelo indivíduo. Quando a diabetes é tratada de forma inadequada, pode acometer, no ser humano, complicações como ataque cardíaco, derrame cerebral, insuficiência renal e problemas de visão.

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde, no Dia Mundial do Diabetes, celebrado no último 14 de novembro, o número de casos da doença está crescendo. A Pesquisa Vigilância e Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, Vigitel 2012, revelou um aumento de 40% entre 2006, primeiro ano do estudo, e 2012. O percentual de pessoas que se declararam diabéticas passou de 5,3% para 7,4% no período citado.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, embora não haja uma cura definitiva para o diabetes, existem vários medicamentos disponíveis que, quando usados de forma regular, proporcionam saúde e qualidade de vida para o paciente. Paralelo a isso, o uso de uma dieta correta, com produtos específicos para diabéticos, sem adição de açúcares e inclusão de ingredientes integrais, permite o melhor controle da doença e de seus efeitos ao organismo do ser humano.

Ocorre que os produtos para diabéticos são mais caros. Isso dificulta o acesso dos consumidores a itens que poderiam lhe garantir uma melhor qualidade de vida e um controle mais efetivo da doença.

Nobres parlamentares, outra proposição, apresentada por mim, em prol dos diabéticos, foi a de Projeto de Lei nº 19.616/2011 que obriga as instituições da rede pública de ensino estadual a fornecer merenda diferenciada para estudantes clinicamente considerados diabéticos tipo 1 na idade infantojuvenil. Os indivíduos hipoglicêmicos e celíacos, também, são contemplados com esta proposição. O

diabetes tipo 1 manifesta-se em faixas etárias jovens com início no crescimento podendo ocorrer, também, na fase adulta, geralmente, antes dos 30 anos.

A meta é garantir uma alimentação adequada aos alunos possibilitando, para eles, os diabéticos, a participação nas atividades escolares sem a preocupação do agravamento de seus estados de saúde. Com a oferta de merendas especiais, daremos condições aos nossos alunos de absorverem melhor o conhecimento transmitido pela escola, possibilitando-lhes um futuro mais promissor.

Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, os dois projetos de lei estão tramitando nos colegiados desta Casa, inclusive, a segunda proposição citada já obteve parecer favorável aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça.

Sei da sensibilidade de muitos colegas para com a saúde dos baianos. Sendo assim, conto com o apoio de todos para que essas proposições sejam votadas e aprovadas neste plenário.

Muito obrigada pela atenção!”

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vocês que nos assistem através da TV Assembleia, queridos colegas da imprensa, amigos das Galerias Paulo Jackson, ouvi os pronunciamentos de todos os colegas falando da questão da prisão dos envolvidos no caso do mensalão depois de serem denunciados quase nove anos depois.

Chamou-me a atenção a declaração do deputado José Genoíno que quer ser tratado como um preso político. Ora, nós estamos em uma democracia brasileira há 11 anos comandada e governada pelo partido de Genoíno. Como se encaixa a figura do preso político?

Esta é a grande reparação que faço na fala do deputado Genoíno, embora saibamos que qualquer pessoa acusada tem todo direito a esferneio, todo direito a se defender. Mas a declaração de querer ser tratado como preso político não se encaixa, por conseguinte, não há substrato legal e não há qualquer amparo do ponto de vista jurídico no partido do qual ele faz parte, que é o Partido dos Trabalhadores, que governa este País há 11 anos.

Talvez no afã da defesa, naquele momento, de procurar argumentos, de procurar se safar da situação, saiu pela tangente. Talvez por falta de orientação melhor, ele deseja e quer ser tratado como preso político. O deputado José Genoíno sabe bem que não se encaixa, que ele não está nessa trincheira de políticos nessa condição.

O mensalão toma conta das discussões. Ouvi os deputados falarem aqui dessa questão da preocupação com o espetáculo, independentemente de qualquer situação, culpados ou inocentes, e para a Justiça culpados, temos que ter muito cuidado com a questão do espetáculo. Porque não está envolvida apenas uma pessoa que é acusada, mas as famílias e amigos. É necessário que tomemos todo o cuidado num momento

desses tão delicado para os que estão na berlinda.

Mas a situação da nossa Salvador é preocupante em relação à questão da violência. O Partido dos Trabalhadores assumiu o governo da Bahia e os índices de violência têm aumentado de forma agressiva e aguda. A pobreza que tanto se fala que combateu, após pesquisa do IBGE, percebe-se que temos mais de 11 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza neste País.

Então, essa questão de acabar com a fome na prática não acabou. Dizer que não melhorou a vida de milhares de brasileiros com o Bolsa Família seria leviandade de minha parte. Agora chegar publicamente e dizer que acabou com a pobreza realmente é de uma hipocrisia sem tamanho. Dados da Secretaria da Segurança Pública dão conta que a violência, aqui em Salvador e Região Metropolitana, registrou 35 homicídios, durante o feriado da Proclamação da República. Em 2012, com um dia a mais no feriado, foram registrados 32 assassinatos. Nesse último feriadão, foram 35 pessoas assassinadas.

Percebe-se que os números da violência em nosso Estado cada vez mais vão se somando, vão aumentando e preocupando a sociedade, sem que o governo do PT tenha uma resposta para dar, sem que encontre meios de combater essa violência. O discurso é o de que a violência cresce em todo o País. E quando se vê na média nacional a violência está diminuindo. Enquanto no nosso Estado, cresce de forma assustadora.

Para concluir, Sr^a Presidenta, destacamos nesse final de semana o caso de D. Jenira dos Santos Nascimento, de 46 anos, que estava na janela de sua casa, na Rua Irmã Dulce, no bairro da Mata Escura, quando um grupo armado se aproximou do local, atirou e a alvejou no pescoço. Ela chegou a ser socorrida, mas infelizmente não resistiu. E o caso do tenente da Rondesp que passando por um bairro de Salvador, à procura de um pintor, acabou sendo espancado junto com seus amigos e familiares.

Essa é a violência que toma conta de todo o Estado, enquanto o PT continua dormindo em berço esplêndido, apenas pensando em se manter no poder a todo custo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães): - Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr^a Presidenta Kelly Magalhães, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores que nos assistem pela TV Assembleia, Sr^{as} Taquígrafas e Srs. Servidores desta Casa, é com enorme tristeza que venho à tribuna desta Casa, no dia de hoje, após o que se transformou num verdadeiro espetáculo: a prisão de homens com o perfil e as características de José Dirceu, especialmente como as de Genoíno.

Tentaram e buscaram, em todos os momentos, vasculhar suas vidas, mas não conseguiram, em nenhum momento, deputada Maria Luiza Laudano, mostrar fatos concretos, porque não houve o enriquecimento mostrado no processo. Genoíno continua vivendo na mesma pequena casa que vivia há tantos anos – como disse o

deputado Rosemberg Pinto – num bairro simples de São Paulo. Ele é um nordestino que andava 14 Km para ir à escola, que teve a coragem, naquele momento atrás, de abandonar tudo para defender um ideal, e pelo qual expôs sua vida.

Será que todos nós, hoje, seríamos capazes – como diz a carta de sua filha ao povo brasileiro – de enfrentar todas as dificuldades que enfrentaram aqueles companheiros, naquele momento em que o golpe militar que implantou a ditadura fez com que tantos brasileiros e brasileiras perdessem a sua vida? Foram eles que lutaram, deputada Kelly Magalhães, para que pudéssemos estar, hoje, nesta tribuna ou em muitas outras tribunas deste país; para que pudéssemos ter, no Supremo Tribunal de Justiça, diversos segmentos representados. Muitos perderam a vida, deputada Luiza Maia. E esses que lutaram tanto, hoje são considerados da forma como aconteceu nos últimos dias.

Se alguém tem culpa, tem de pagar por ela, mas não pode ser da forma como isso está acontecendo e como aconteceu. Esse espetáculo não é proveitoso para este país, não traz nenhum benefício, muito pelo contrário, tenta desqualificar e tratam, de repente, dessa forma aqueles que foram lideranças expressivas e que, ao longo da sua trajetória, lutaram para transformar o Brasil num país mais justo, mais igual e com oportunidades idênticas para todos e todas. Não existe aquilo de mais elementar, que é a Justiça provar a culpa de pessoas acusadas. Isso foi invertido. Nessa lógica perversa eles é que têm de provar que são inocentes, ao invés de a Justiça provar que são eles culpados. Não conseguiram provar que são culpados.

Portanto, hoje é um dia de extrema tristeza, esses dias são de extrema tristeza. Pensei muito, deputada Luiza Maia, antes de subir a esta tribuna, porque me emociona imaginar que nós, que no início do golpe militar estávamos na universidade ou nos cursos de nível médio, também poderíamos estar sofrendo o que sofreram esses líderes e a presidenta Dilma. Imaginei que poderíamos ser submetidos a situações como essa, e que por alguma circunstância não estivemos.

A frase que disse Genoíno nos remete a continuar tendo esperanças, a continuar na luta. Ele diz que é a coragem que dá sentido à liberdade. Portanto, essa coragem de continuar na luta é que vai fazer com que nós, do Partido dos Trabalhadores, continuemos na luta, associados a partidos como o PCdoB, para que a liberdade, de fato, triunfe efetivamente neste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

O horário do Grande Expediente é do PSD, partido da deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem da deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão e que V.Ex^a marque os 15 minutos necessários,

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a será atendida.

No Grande Expediente, não houve orador do PSD, partido de Gilberto Kassab e Otto Alencar.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, é interessante eu estar, aqui, assistindo à tentativa – acho que deve ser uma orientação nacional – de se politizar uma decisão judicial.

Hoje, ouvi falar nesta Casa que a justiça ainda será feita. Eu não sei que justiça ainda será feita, se a justiça real é aquela traduzida pela sentença transitada em julgado. A sentença já ocorreu.

Lamento profundamente que tudo isso tenha acontecido, porque é muito ruim para a nossa história; para os nossos jovens, que assistem a esse tipo de exemplo: penas leves para crimes que mereciam penas maiores. Agora, querer transformar crimes de malfeito, de malversação, de desvio, de improbidade administrativa em crime político, eu não entendo!

Vi até na imprensa, no final de semana, que o PT iria para cima da Justiça para cobrar um tratamento isonômico, igualitário em relação ao mensalão de Minas Gerais. Eles dizem que os crimes que ocorreram em Minas Gerais foram semelhantes ou iguais aos praticados, perpetrados por representantes do PT. E eu fico a me perguntar: com que desfaçatez irá o PT para cima do mensalão de Minas Gerais se para seus representantes nesta Casa o crime perpetrado pelos Srs. Deputados e outros, através do chamado mensalão, para eles, é um crime político? Foi sentenciado como crime, já transitou em julgado, mas mereceu comemoração com murro no ar de José Dirceu e José Genoíno.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é absolutamente lamentável. O que se quer fazer, agora, é uma verdadeira elucubração, colocar chifre em cabeça de burro, colocar cabelo em ovo, distorcer a opinião pública, querer enganar a opinião pública.

Se Maluf está solto e não foi condenado pelo Supremo, o que ocorre é que os crimes são diferentes. Maluf nunca deveria ter saído da cadeia, mas o povo do Brasil também está errado. Recordo-me de que Maluf, quando saiu da cadeia – tinham sido presos ele e o filho – e se candidatou a deputado federal há 6 anos, obteve 770 mil votos em São Paulo. Então, 770 mil pessoas foram às urnas para dizer que Maluf estava certo, que podia roubar, porque o lema deveria o de Maluf, o “rouba, mas faz”.

Hoje, vem o PT querer transformar um crime de malfeito, como diz Dilma, de malversação, de improbidade administrativa, de uso do dinheiro público para pagamento de salário, para compra de voto de deputados no Congresso, querer transformar esse fato em crime político, como bem disse há pouco o deputado que ora preside esta sessão.

Estamos em um período de democracia já consolidada e com quase 11 anos de poder do Partido dos Trabalhadores. Agora, o mesmo Partido dos Trabalhadores que preside esta Nação dizer que isso é crime político é “juris espurniandi”.

Querer transformar o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, em um ente personalista, egoísta, vaidoso, colocar defeito em que julgou, é apenas “juris espurniandi”.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Targino Machado:- (...) daqueles que querem transformar um crime em uma coisa banal. Para o PT, a corrupção foi banalizada, e este é o grande legado do PT a este País, a banalização da corrupção.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A deputada Kelly retirou a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu quero solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a será atendido. Abra-se o tempo de 15 minutos para a verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado:- Eu não pedi, não, excelência. Pedi apenas a verificação de quórum para encerrar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vamos conceder 5 minutos para uma questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu tentei fazer um acordo com o deputado Elmar, mas infelizmente, parece que, para alguns, acordo não é uma situação não muito própria.

Primeiro, quero me manifestar acerca desse movimento todo a que assistimos na mídia brasileira. Acho que temos que comemorar o fortalecimento das instituições, e hoje as instituições estão fortalecidas. A Polícia Federal atua, a Justiça Federal atua, o Supremo Tribunal atua, enfim, as instituições do Judiciário, do Legislativo e do Executivo estão fortalecidas. Vivemos um processo democrático avançado, mas não diria que vivemos um processo democrático pleno. Vivemos neste instante um momento muito delicado da República brasileira. A democracia não é de barro. Melhor dizendo, a democracia para alguns parece que é de barro. É preciso cuidar e levar com muito cuidado esse andar.

Pensar que essas decisões que foram tomadas ultimamente são decisões que não são politizadas é um ledor engano. Pensar que essas decisões não alcançarão outros espaços da sociedade brasileira também é engano. Esses mesmos que hoje aí estão fazendo festa, achando que é um processo distante de uma tomada de posição democrática, como vínhamos a tomar neste País, estão extremamente enganados.

O que estão fazendo com algumas figuras do Partido dos Trabalhadores, com certeza, não é diferente do que estão fazendo com algumas figuras daqui, do nosso Estado, especialmente do Tribunal de Justiça do Estado, com o presidente Hirs e a ex-presidente Telma. O que estão fazendo, neste instante, no Judiciário brasileiro deve ser refletido não como um posicionamento que muda estruturalmente as coisas para melhor, mas um posicionamento, infelizmente, que visa individualizar, criar sacrificados e atingir situações que, com certeza, não vão ajudar a melhorar o

processo democrático.

Quero dizer que as mudanças que assistimos... Por exemplo, antes do julgamento do mensalão: na dúvida, pró réu. Sou advogado e assisti a julgamentos em toda a minha vida profissional e sei o que estou dizendo do ponto de vista dos princípios que norteiam o Direito brasileiro. Depois do mensalão, na dúvida, que o réu seja condenado.

Não há e não se tem conhecimento de uma prova material contra alguns dos réus do mensalão, especialmente os que estão sendo mais badalados, que são José Dirceu e Genoíno. Inclusive, Genoíno é uma figura que conheço muito de perto, homem muito íntegro e uma pessoa, do ponto de vista material, pobre, que traçou toda a sua vida em busca dos processos democráticos, das lutas por liberdade, enfim, de um País que fosse soberano.

Achar que as decisões que estão sendo tomadas lá não mudam nada no Brasil é errado. Mudam, sim, porque todos nós que temos vida pública estaremos sujeitos, a qualquer momento, a isso: primeiro, julga-se publicamente para depois julgar juridicamente. Primeiro, condena-se publicamente para depois julgar juridicamente. E na dúvida, o réu é que é culpado, na dúvida. não se busca outra coisa senão a sanha de interesses que nem sempre são os interesses da sociedade brasileira.

Reafirmar o sentimento de defesa do Partido dos Trabalhadores neste momento seria muito pouco para dizer que sempre lutei e lutarei para que tenhamos instituições democráticas fortalecidas. Mas o que tenho assistido ultimamente, especialmente nos últimos dias, não só em relação à questão dos mensaleiros, mas, principalmente, em relação à mídia, que tem trazido alguns temas, como o da Justiça da Bahia, que precisa ser reformulada, ser melhorada, mas que não pode sofrer, como vem sofrendo, os ataques pessoais sem antes se chegar ao denominador comum, sem chegar ao devido processo legal em sua íntegra. Portanto, quero deixar muito claro o meu posicionamento de defesa do processo legal no Estado Brasileiro como suporte do processo democrático, da defesa das instituições.

E que nós, que temos vida pública, tenhamos a capacidade de, neste momento da mídia, entendermos exatamente qual o nosso papel na vida pública nesse momento histórico. Que o Brasil cada dia seja mais livre, que o Brasil cada dia seja mais democrático, que tenha instituições mais fortalecidas. Mas que nós, que temos vida pública, tenhamos a consciência do que estamos a fazer do nosso tempo.

Era essa a minha posição com relação às últimas ocorrências. E acho que, neste instante, qualquer posição que não seja de serenidade, de equilíbrio e, acima de tudo, de buscar a história brasileira não seria uma posição que iria acrescentar ao nosso processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento democrático.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Neto:- Que as lutas partidárias construam, evidentemente, uma sociedade mais justa, mais ativa, mas que as brigas politizadas dentro do Supremo, essas lutas, melhor dizendo, não tenham o teor de destruir as conquistas democráticas tão valiosas ao povo brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- OK, deputado.

Quero informar que o deputado Carlos Brasileiro, que é muito assíduo, não está presente à sessão hoje porque morreu um seu familiar em Senhor do Bonfim e ele não pôde comparecer.

Sem acordo e sem oradores inscritos, a sessão está encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*